

1
2 Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na Sala de reuniões do Conselho
3 Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no
4 Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, após a cerimônia de posse das
5 Conselheiras, teve início a primeira reunião das conselheiras do mandato 2010-2013 do
6 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) Apresentação do
7 Regimento Interno e da estrutura do CNDM; 2) Representações do CNDM no Comitê de
8 Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e outras
9 instâncias; 3) Definição da pauta prioritária do CNDM para 2011. 4) Formação das Câmaras
10 Técnicas. Estiveram presentes as seguintes representantes governamentais: I) Ministra Nilcéa
11 Freire – Secretária de Políticas para as Mulheres; II) Teresa Sousa – Secretária-Executiva da
12 Secretaria de Políticas para as Mulheres; III) Jana Macedo Secretária dos direitos Humanos da
13 Presidência da República – SEDH; IV) Patricia Cristina Lessa Franco – Suplente Secretária dos
14 Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH ; V) Thaís Borges da Silva Werneck –
15 Ministério da Cultura MinC; VI) Helena de Carvalho Fortes – Ministério da Ciência e
16 Tecnologia – MCT; VII) Célia Maria Farias Vieira- Suplente Ministério Desenvolvimento Social
17 e Combate à Fome- MDS; VIII) Rosiléa Maria Roldi Wille – Ministério da Educação ;
18 VIII) Cristina Villanova – Ministério da Justiça; IX) Maria do Rosário – Ministério do
19 Planejamento Orçamento e Gestão; X) Thereza de Lamare - Ministério da Saúde; XI) Suplente
20 Liliane Brum Ribeiro – Ministério da Saúde; XII) Gláucia Gauch – Ministério das Relações
21 Exteriores – MRE; XIII) Leonor da Costa – Ministério do Trabalho e Emprego; XIV) Adriana
22 Rosa dos Santos Suplente Ministério do Trabalho e Emprego; Representantes da Sociedade
23 Civil: XV) Nelita Frank- Articulação de Mulheres Brasileiras- AMB; XVI) Maria das Dores do
24 Rosário – Articulação de ONG's de Mulheres Negras – AMNB; XVII) Gloria Márcia Percinoto –
25 Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica-ABMCJ ; XVIII) Creuza Maria Oliveira-
26 Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas- FENATRAD; XIX) Silvana Veríssimo-
27 Fórum Nacional de Mulheres Negras- FNMN; XX) Graciela Susana Rodriguez- Instituto Equit-
28 Gênero Economia e Cidadania Global; XXI) Maria Goretti Gomes- Liga Brasileira de Lésbicas-
29 LBL; XXII) Claudia Rejane de Barros Prates - Marcha Mundial de Mulheres-MMM ; XXIII)
30 Maria das Graças de Figueiredo Costa – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia-
31 MAMA ; XXIV) Justina Inês Cima – Movimento de Mulheres Camponesas-MMC; XXV) Vera
32 Lúcia Ubaldino Machado – Rede Economia e Feminismo-REF; XXVI) Rosa de Lourdes
33 Azevedo dos Santos – Rede Nacional Feminista de Saúde; XXVII) Elza Maria Campos- União
34 Brasileira de Mulheres- UBM; XXVIII) Sueli Batista dos Santos – Federação das Associações de
35 Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil-BPW Brasil; XIX) Estela Maria Motta Lima
36 Leão de Aquino – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO ;
37 XXX) Clara Goldman Ribemboim- Conselho Federal de Psicologia-CFP; XXXI) Rosane da
38 Silva- Central Única dos Trabalhadores-CUT ; XXXII) Isis Tavares Neves – Confederação
39 Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE; XXXIII) Fabiola Paulino da Siva- União
40 Nacional dos Estudantes – UNE; XXXIV) Sônia Maria Zerino da Silva- Confederação Nacional
41 dos Trabalhadores na Indústria- CNTI ; XXXV) Conselheira de Notório Conhecimento:
42 Jacqueline Pitanguy. A reunião foi aberta pela Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que
43 após dar as boas vindas a todas destacou o fato de que a nova composição do conselho tem
44 representação de importantes e qualificadas entidades de diversos estados de todas as regiões
45 brasileiras, o que representa uma riqueza para o CNDM. Destacou ainda o desafio de fazer com
46 que o que for discutido no Conselho chegue a todos os estados e municípios, transbordando sob a
47 forma de controle social, que é a principal missão do CNDM. Após a distribuição do Regimento
48 Interno a todas as Conselheiras, Ministra apresentou a estrutura do CNDM, com o Pleno,

49 Câmaras Técnicas e Coordenação Política. Em seguida a Ministra informou a existência de duas
50 outras questões que ficaram pendentes da última reunião do mandato encerrado na véspera, para
51 definição do novo Pleno: a possibilidade de duas manifestações do CNDM, a respeito do caso da
52 condenação à morte da iraniana Sakineh Ashtiani, dirigida à Embaixada do Irã, e a respeito do
53 Orçamento 2011, a ser encaminhada ao Executivo. Com a aprovação das Conselheiras, passou-se
54 para o ponto da manifestação do CNDM sobre o caso da iraniana Sakineh Ashtiani. Foi lida a
55 proposta de texto elaborada pelas conselheiras Teresa Sousa/SPM, Jacqueline Pitanguy/Notório
56 Conhecimento, Estela Aquino/Abrasco e Gláucia Morelli/CMB, seguindo-se de pequeno debate
57 entre as conselheiras. Foi então aprovada a nota a ser entregue ao Presidente da República, ao
58 Embaixador do Irã e encaminhada à imprensa com o seguinte conteúdo: “*O Conselho Nacional*
59 *dos Direitos da Mulher (CNDM) é um órgão deliberativo, composto por 40 representantes de*
60 *ministérios e de organizações e redes da sociedade civil de todo o Brasil./Tem como principal*
61 *missão apoiar a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil*
62 *na promoção de políticas que visem a eliminar a discriminação contra as mulheres, assegurar*
63 *sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país e combater todas as*
64 *formas de violência contra as mulheres./Neste sentido, o CNDM, em linha com o artigo 5º,*
65 *caput, e inciso XLVII da Constituição Federal, relativos à inviolabilidades do direito à vida e à*
66 *proibição da pena de morte, assim como com os diversos instrumentos internacionais de que o*
67 *Brasil é parte, em particular com o 2º Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Civis e*
68 *Políticos com vistas à Abolição da Pena da Morte, vem manifestar sua apreensão com a*
69 *possibilidade de execução da Senhora Sakineh Ashtiani, integrando-se ao movimento*
70 *internacional que solicita a comutação desta pena e a reconsideração de sua condenação.*
71 *Brasília, 4 de agosto de 2010/Plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.”* Em
72 seguida foi aprovada proposta de manifestação do CNDM a respeito do Orçamento 2011 da
73 Secretaria de Políticas para as Mulheres a ser enviada ao Ministério do Planejamento e Casa
74 Civil, tendo sido redigida e encaminhada pela secretaria do CNDM a seguinte Nota Pública: “*Há*
75 *25 anos o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) defende os direitos de todas as*
76 *mulheres no Brasil e a implementação de políticas públicas para as mulheres./A criação em*
77 *2003 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é resultado do esforço do CNDM, da*
78 *luta das organizações feministas e dos movimentos de mulheres no país, e do compromisso*
79 *político do governo Lula em criar mecanismos de garantir a autonomia das mulheres./A SPM*
80 *tem buscado cumprir com as metas do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, fruto de*
81 *duas Conferências Nacionais, através de intensa articulação intragovernamental e do*
82 *estabelecimento de parcerias com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade*
83 *civil. No entanto, tem esbarrado em obstáculos decorrentes de limitações orçamentárias, o que*
84 *atinge diretamente seu fortalecimento e a conseqüente implementação de políticas públicas,*
85 *restringindo desta forma o alcance da ação do Estado brasileiro na proteção dos direitos das*
86 *mulheres./Embora reconhecendo o crescimento do orçamento da SPM nos últimos quatro anos,*
87 *o CNDM entende que a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*
88 *(PNPM) exige além da responsabilidade pela coordenação das ações de competência de outros*
89 *órgãos de diferentes esferas de governo, um aporte de recursos orçamentários que não permita*
90 *recuo na consolidação dessa política./O CNDM, em sua missão de participação e controle*
91 *social, vem a público requerer das autoridades competentes a preservação das prioridades*
92 *acordadas na elaboração do IIPNPM. Sabemos que a igualdade que perseguimos somente se*
93 *efetivará com equilíbrio de poder político entre homens e mulheres e com recursos suficientes*
94 *para a implementação de políticas públicas.”* Neste ponto, a reunião foi interrompida para o
95 almoço, e retomada pela Ministra Nilcéa Freire, com o ponto da agenda prioritária do CNDM,
96 sugerindo que as conselheiras considerassem o período até o final de 2010, com eleições e final
97 de governo, para no início de 2011 o CNDM redefinir seu programa de trabalho. Diversas

98 conselheiras manifestaram-se, reforçando a proposta de que, além de sua organização interna, o
99 CNDM tenha como tema principal até dezembro a convocação e organização III Conferência
100 Nacional de Políticas para Mulheres/2011, destacando as ações: produzir um documento que
101 avalie a implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres a partir da IICNPM;
102 fortalecer no processo de construção da IICNPM os vínculos com estados e municípios,
103 especialmente através dos conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher; estabelecer pa
104 ra a IICNPM uma nova configuração que valorize a experiência das duas anteriores combinada
105 com novas formas de participação, como as conferências livres e as conferências temáticas; ter
106 uma estratégia política para garantir os recursos orçamentários para a realização da
107 IICNPM; proposta de ofício do CNDM aos conselhos estaduais no sentido de que os orçamentos
108 de 2011 garantam a realização das conferências estaduais e municipais de 2011; e definir
109 comissão de conselheiras para discutir e apresentar sugestão de formato e demais propostas para
110 IICNPM. Foram levantados ainda outros aspectos, como: a importância da atuação de todas as
111 conselheiras em seus estados e regiões de origem, na convocação e organização das
112 Conferências estaduais e municipais; a construção de um laço de solidariedade das conselheiras
113 da sociedade civil com as governamentais; o fato de que a IICNPM será realizada no primeiro
114 ano de governo federal, fazendo com que suas deliberações incidam por todo o período do
115 próximo governo. Terminada esta parte, passou-se para o ponto da organização interna do
116 CNDM, com o início do processo de composição das Câmaras Técnicas do CNDM, bem como a
117 participação das conselheiras em outras instâncias. Para a CT de Monitoramento do Plano
118 Nacional de Políticas para Mulheres apresentaram-se pela sociedade civil as conselheiras Nelita
119 Frank/AMB, Maria Goretti/LBL, Elza Campos/UBM, Silvana Veríssimo/FNMN, Rosa de
120 Lourdes/RNFS e Clara Goldman/CFP, e as conselheiras governamentais Rosilea Wille/MEC,
121 Teresa de Lamare/MS e Cristina Villanova/MJ; para a CT de Assuntos Internacionais
122 apresentaram-se as conselheiras Graciela Rodrigues/Inst Equit, Gláucia Morelli/CMB, Gloria
123 Percinotto/ABMCJ, Cláudia Prates/MMM, Sueli Batista/BPW e as governamentais Jana
124 Petachia/SEDH, Adriana Santos/MTE e Helena Fortes/ MCT; para a CT de Orçamento e
125 Planejamento apresentaram-se as conselheiras Vera Machado/REF, Silvana Veríssimo/FNMN,
126 Maria das Dores/AMNB e Graça Costa/MAMA, e a governamental Maria do Rosário/MPOG;
127 para a CT de Legislação e Normas apresentaram-se as conselheiras Isis Tavares/CNTE, Rosane
128 Silva/CUT, Creuza Oliveira/FENATRAD e Gloria Percinotto/ABMCJ. Para o Comitê de
129 Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres apresentaram-se as
130 conselheiras Elza Campos-UBM, Silvana Veríssimo-FNMN e Rosa de Lourdes/RNFS, como
131 titulares, e como suplentes as conselheiras Vera Machado/REF, Gláucia Morelli/CMB e Justina
132 Cima/MMM. Para o Comitê Pro-Equidade de Gênero no Trabalho ficaram as conselheiras
133 Rosane Silva/CUT e Sonia Zerino/CNTI. Antes do encerramento da reunião foi decidido que a
134 composição das Câmaras Técnicas será consolidada na próxima reunião plenária. A Ministra
135 Nilcéa Freire agradeceu a presença de todas e deu por encerrada a reunião.